



PROVIDÊNCIAS João Alfredo e Alvaro Dias na reunião em que a CPI ouviu depoimentos

Somente o Plenário pode devolver MP, afirma Renan

Presidente do Senado aponta exagero na edição de medidas provisórias, promete se empenhar em busca de solução, mas adverte que só o Plenário da Câmara ou do Senado pode decidir se uma MP atende aos requisitos constitucionais

As afirmações de Renan Calheiros foram feitas em resposta ao líder do governo, Aloizio Mercadante. A questão gerou polêmica no Plenário antes que Renan manifestasse sua decisão. Os senadores Antonio Carlos

Magalhães e Arthur Virgílio apontaram campanha do governo contra o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti. Virgílio anunciou que o PSDB questionará a admissibilidade de 11 das 19 MPs que tramitam no Congresso.

Página 3



PROPOSTAS Entre Augusto Botelho e Patrícia Saboya, Papaléo Paes assume Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde, que definirá projetos para o setor

Subcomissão busca incentivo para baixar preço de remédios

A redução da carga tributária que incide sobre os remédios e a concessão de incentivos fiscais que reduzam os preços desses produtos estão previstas em projetos de lei apresen-

tados ontem por Papaléo Paes. O senador assumiu a presidência da Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde, criada no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais.

Página 5



DECISÃO Renan (ao alto, presidindo a sessão) manifesta posição do Senado. José Agripino (ao microfone) promete lutar contra aumento de imposto por MP

CPI da Terra quebra sigilo de UDR, Anca e José Rainha

A CPI da Terra decidiu ontem quebrar os sigilos fiscal e bancário da União Democrática Ruralista (UDR) e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca). Quanto a José Rainha, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), além dos sigilos fiscal e bancário, a comissão de inquérito quebrou também o sigilo telefônico. A decisão provocou grande polêmica na comissão.

Página 4

Comissão chama três ministros para audiências

Três ministros devem comparecer à Comissão de Agricultura e Reforma Agrária para discutir temas de suas áreas. Antonio Palocci, da Fazenda, está sendo convidado a falar sobre recursos e financiamentos para a safra agrícola deste ano. Roberto Rodrigues, da Agricultura, deve discutir com os senadores os problemas da indústria do vinho. Marina Silva, do Meio Ambiente, explicará o Plano da Amazônia Sustentável.

Página 4



AUDIÊNCIA Valdir Raupp vai requerer esclarecimentos sobre relatório do TCU

Dutra e Dilma devem falar sobre CCC

O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) informou ontem que vai requerer a realização de audiência pública para debater questões apontadas no Relatório de Auditoria Operacional sobre a Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC), do Tribunal de Contas da União.

O senador quer o comparecimento da ministra de Minas e Energia, Dilma Rousseff, do presidente da Petrobras, José Eduardo Dutra, e de representantes da Eletrobrás e da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) para prestar esclarecimentos sobre a falta de controle do sistema dos recursos da CCC – um dos aspectos mais graves mencionados pelo relatório.

Em vigor desde 1993, a CCC arrecada recursos junto às concessionárias de energia elétrica do sistema interligado para financiar o óleo diesel da geração termelétrica das áreas isoladas da região Norte. Os recursos da conta são administrados pela Eletrobrás.

Raupp citou ainda a falta de empenho na substituição da geração de derivados de petróleo e a ausência de fiscalização como questões que devem ser discutidas.

Sem acordo para votações em Plenário

As lideranças não selaram acordo para a votação dos dois projetos originados de medidas provisórias que trancam a pauta do Senado. As matérias constam na pauta da sessão de hoje, marcada para as



14h. O primeiro item da ordem do dia é a MP do Biodiesel (PLV 2/05). O texto fixa as alíquotas dos impostos a serem pagos pela produção e importação do produto, entre outros.

Renan vai assistir ao enterro do Papa

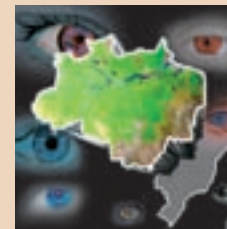
O presidente do Senado, Renan Calheiros, viaja hoje para Roma, onde vai participar das solenidades fúnebres do papa João Paulo

II. Renan integra a comitiva de autoridades que representam o Brasil na cerimônia. Além dele, viajam os ex-presidentes Fernando

Henrique Cardoso e José Sarney, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti.

Internacionalização da Amazônia em debate

A reunião de hoje da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), às 10h, debate o tema "A Internacionalização da Amazônia: Risco Real ou Temor Infundado?" Para discutir o assunto, foram convidados o secretário de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais do Ministério da Defesa, almirante-de-esquadra Miguel Davena; secretário-geral das Relações Exteriores, embaixador Samuel Pinheiro Guimarães; além do economista Armando Mendes e do cientista político Clóvis Brigadão.



Depoimentos na CPI da Terra

A Comissão Parlamentar da Terra promove audiência pública às 10h. O colegiado ouve os depoimentos da delegada da Polícia Federal Miriam Fumie Takanó e da superintendente do Instituto Nacional de

Colonização e Reforma Agrária (Incra) no Recife, Maria de Oliveira. Às 10h30, será realizada a reunião de instalação e eleição da Mesa da Subcomissão do Trabalho e Previdência.



CAS discute aumento de teto de delegados

Às 11h30, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) debate a inclusão de procuradores, defensores públicos, advogados, agentes fiscais e delegados de polícia entre as categorias com direito ao teto salarial dos desembargadores. Essa é a principal alteração feita pelos deputados na PEC Paralela, que voltou ao Senado. Representantes das categorias contempladas com o aumento do teto participam da audiência pública.

Crianças indígenas

Às 10h, a Comissão de Direitos Humanos discute a desnutrição e morte de crianças indígenas, com a presença do índio Adair Gonçalves Sanches e do diretor do Departamento de Saúde Indígena da Funasa, Alexandre Padilha. Às 9h30, a comissão de reestruturação do Orçamento promove reunião.

Guia para os municípios

Será realizada amanhã, às 12h, a cerimônia de lançamento do livro *Guia de ação municipal – orientações básicas para a obtenção de recursos federais*, organizada pelo senador Demostenes Torres (PFL-GO), em parceria com o Interlegis. A solenidade ocorrerá no auditório do instituto.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp



ALTERNATIVA Papaléo apóia pleito da Associação dos Policiais Militares do ex-território do Amapá

Papaléo quer evitar prejuízo a servidores

Papaléo Paes (PMDB-AP) expressou apoio à Associação dos Policiais Militares do ex-território do Amapá, que está encaminhando ao Congresso proposta alternativa ao Projeto de Lei 4.835/05. A matéria, que aguarda parecer na Câmara, institui a Gratificação de Condição Especial de Função Militar para policiais e bombeiros militares dos ex-territórios e do antigo Distrito Federal.

A gratificação é fixada em 6,67%, incidente sobre o soldo de coronel. O problema, disse Papaléo, é que, na prática, a medida implica a redução dos vencimentos.



HOMENAGEM Serys destaca que Cuiabá chega aos 286 anos como uma cidade completa

Serys exalta aniversário de Cuiabá

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) fez uma saudação especial à cidade de Cuiabá, que completa hoje 286 anos de fundação.

Em rápido histórico, a senadora explicou que a vila de Cuiabá nasceu com os bandeirantes, vindos principalmente de São Paulo, e foi elevada à categoria de cidade em 1818, tendo se transformado em capital somente em 1825. Ao contrário do que ocorria há décadas, de acordo com Serys, Cuiabá é nos dias de hoje uma cidade completa, capaz de fornecer a "seus filhos" inúmeros serviços e oportunidades.

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br
E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Secretaria de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor-Adjunto da Secretaria de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Gorette Brandão, Iara Altafin, José do Carmo Andrade e Paula Pimenta
Especial Cidadania: Treici Schwengber (61) 311-1620
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo, Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: John Kennedy Gurgel (61) 311-3333
Agência Senado
Diretor: Antonio Caraballo (61) 311-3327
Chefia de reportagem: Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670
Edição: Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Flávio de Mattos

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Questionamento sobre competência dos presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados para decidir sobre admissibilidade de MPs gera debate entre parlamentares

Renan diz que só Plenário pode devolver MP

Questionado pelo líder do governo no Senado, Aloizio Mercadante (PT-SP), o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou que só o Plenário da Câmara ou do Senado pode decidir se uma medida provisória (MP) editada pelo presidente da República atende ou não aos pressupostos de urgência e relevância, como exige a Constituição. Apenas se o Plenário considerar que ela não atende às exigências constitucionais, a MP é arquivada. Caso contrário, deve ser votada.

Baseado nos artigos 62 da Constituição e 8º da Resolução 01/02 do Congresso, Renan sustentou que não compete nem ao presidente do Senado nem ao da Câmara decisão sobre o assunto. O questionamento de Aloizio Mercadante ocorreu no mesmo dia em que os jornais noticiaram que o presidente da Câmara, Severino Cavalcanti, pediu à Consultoria daquela Casa que estudasse se existe a possibilidade regimental para

que ele próprio decida se uma medida provisória é ou não urgente e relevante. A idéia, conforme noticiado, é que o próprio presidente da Câmara pudesse devolver ao Executivo uma MP que considerasse sem urgência ou relevância.

– Há realmente um claro exagero na edição de medidas provisórias, especialmente pelo uso desse mecanismo na área financeira e tributária. Precisamos fazer alguma coisa, e vou me empenhar para a mudança na tramitação das MPs, para que a atuação do Congresso não seja minimizada – reconheceu o presidente do Senado. Em 1989, como lembrou, o então vice-presidente do Senado, José Ignácio, devolveu ao senador José Sarney, na época presidente da República, a MP 33/89, mas depois a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado decidiu que tal ato cabe unicamente ao Plenário.

A questão de ordem de Mer-



COMPROMISSO Renan promete empenho para que "atuação do Congresso não seja minimizada"

cadante gerou polêmica no Plenário antes que Renan manifestasse sua decisão. Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que preside a comissão temporária de deputados e senadores que vem estudando mudanças na forma de tramitação de medidas provisórias, afirmou, em aparte, que Mercadante pretendia que Renan "entrasse em choque" com o presidente da Câmara.

Campanha

Para Antonio Carlos, o deputado Severino Cavalcanti pode ter defeitos, mas tem também muitas qualidades e foi eleito com o apoio do PFL na Câmara. Nesse sentido, o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), alertou para "uma campanha" contra Severino Cavalcanti desde que ele derrotou o candidato petista à Presidência da Câmara e tentou cumprir sua promessa de aumentar os salários dos deputados.

Virgílio disse que seu partido se manifestou contra o aumento dos salários dos parlamentares e não concorda que Severino contrate parentes para seu gabinete. O líder do PSDB, no entanto, acusou o Executivo de estar preparando caminho para a abertura de *impeachment* de Severino, "não por causa de seus erros, mas porque ele se rebelou contra a tentativa do governo de anexar a Câmara ao Palácio do Planalto".

O senador concorda com

mudanças na tramitação das medidas provisórias. Entretanto, ponderou que o PSDB não aceitará "algo como os decretos-leis da ditadura".

– O que é urgente e relevante pode ser tratado em medida provisória, desde que não aumente tributos. O que não é urgente, mas é relevante, deve ser motivo de projeto de lei. O que não é nem urgente e nem relevante deve ir para o lixo – frisou.

O líder do PFL, José Agripino (RN), assegurou que seu partido "vai brigar de faca na mão" contra qualquer MP que tente aumentar impostos. "A questão é: pode o governo prescindir das medidas provisórias? A meu ver, o instituto tem de ser preservado, mas limpo, depois de separado o joio do trigo." Ele informou que no dia 28 a comissão mista deve tomar uma decisão sobre como deverá ser a nova tramitação das MPs no Congresso, para evitar que continuem a trancar a pauta.

PSDB considera irrelevantes 11 das 19 medidas em tramitação

Arthur Virgílio (PSDB-AM) comunicou que o PSDB questionará a admissibilidade de 11 medidas provisórias (MPs) que, segundo o partido, não se enquadrariam no que exige a Constituição. O anúncio foi feito após o PSDB analisar as 19 medidas provisórias em tramitação no Congresso e ter chegado à conclusão de que, desse total, apenas oito são realmente relevantes e urgentes.

– Onze medidas provisórias em tramitação são por nós consideradas irrelevantes ou não urgentes. Se elas são relevantes e não urgentes, deveriam ser encaminhadas na forma de projeto de lei. Se irrelevantes e não urgentes, seriam fúteis e, portanto, não deveriam tramitar em uma Casa que se pretende séria como o Senado Federal.

Arthur Virgílio ainda expressou o apoio de seu partido a algumas propostas defendidas pelo senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que preside a comissão mista que analisa alterações no rito de tramitação das MPs. Virgílio concordou que seja dado um prazo para

que o Congresso se posicione sobre a relevância e a urgência das medidas provisórias, antes que elas entrem em vigor. O senador também defendeu a proibição de MPs para tratar de matéria tributária.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse que o governo Lula teria apenas adiado para um segundo possível mandato do presidente a adoção do que chamou de suposto processo de "mexicanização" ou de "chavização".

– Se não reagirmos agora, tanto na questão do Orçamento quanto na edição das medidas provisórias, que transformam o Congresso em um Legislativo subsidiário do Palácio do Planalto, não sei quais são os descaminhos para onde o país estará rumando – opinou.

Já Antonio Carlos reiterou apelo ao líder do governo, Aloizio Mercadante, para que o Executivo aprove a regra segundo a qual, antes de entrar em vigor, a MP tenha de ser examinada conforme os pressupostos de relevância e urgência pelo Congresso.

Mercadante aponta avanços na negociação para facilitar votações

Aloizio Mercadante (PT-SP) pediu ontem ao Senado agilidade na votação das medidas provisórias 227/04 e 228/04, que estão trancando a pauta do Plenário. Ele afirmou que, assim, será possível votar, na próxima semana, projeto de lei do Senado (PLS) que alterará o rito de tramitação das MPs, facilitando as votações na Casa.

– Há um volume de produção legislativa insuficiente, dadas as necessidades do país. Se não limparmos a pauta, o Senado não desempenhará o papel ativo que deve ter – disse Mercadante, lamentando que o rito atual esteja prejudicando a agilidade do Congresso.

O senador explicou que os líderes dos partidos fizeram um acordo para que, na próxima semana, a comissão especial apresente relatório alterando a tramitação das MPs. Pelo acordo, as medidas provisórias começariam a tramitar de forma alternada, uma vez na Câmara e outra no Senado. Na Câmara, o prazo para análise e votação seria de 60 dias, no Senado, de 45 dias. A Casa revisora

disporia de mais 15 dias. Além disso, as comissões de Constituição e Justiça das duas Casas votariam a urgência e a relevância das medidas. O mérito das MPs seria votado pela comissão mais adequada, não sendo criada comissão especial. "Por exemplo, uma MP que tratasse de educação seria

votada na Comissão de Educação."

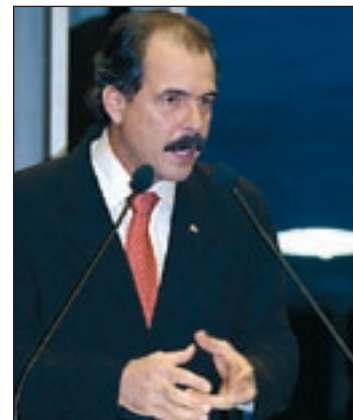
Mercadante falou sobre os pontos em que ainda não há concordância no âmbito da comissão especial. Um deles é o impedimento de se editar medidas provisórias alterando contratos em vigor. O outro é o tratamento de matéria tributária. Sobre esse último, o parlamentar defendeu a importância das MPs como instrumento para

resolver problemas de tributação. Mercadante ressaltou que a alternativa apontada por Marcelo Crivella (PL-RJ) – proibir apenas a criação de impostos por meio de MPs – poderia levar a um acordo.

O senador pediu também a aprovação da MP 227/04, que regulamenta a produção e comercialização do biodiesel.



APOIO Arthur Virgílio diz que seu partido concorda com algumas propostas de Antonio Carlos



EXPECTATIVA Na próxima semana será possível votar mudanças no rito das MPs, acredita Mercadante

MEDIDAS PROVISÓRIAS

Oposição quer tirar dúvidas sobre a constitucionalidade do projeto

Acordo transfere votação do biodiesel para terça

Apesar do esforço dos líderes partidários, a pauta do Senado continuará trancada até a próxima terça-feira, quando deverá ser votado o Projeto de Lei de Conversão (PLV) 2/05, alterando a Medida Provisória 227/04, que dispõe sobre a implantação do programa nacional do biodiesel. O relatório, de responsabilidade do senador Edison Lobão (PFL-MA), já estava pronto para ser lido em Plenário na sessão da terça-feira, porém os líderes do PFL, José Agripino (RN), e do PSDB, Arthur Virgílio (AM), solicitaram a transferência da votação do projeto para dirimir, nos próximos dias, dúvidas relacionadas à constitucionalidade da matéria.

Conforme informou Lobão, várias reuniões foram realizadas para que um acordo entre as lideranças pudesse ser celebrado, principalmente no que se refere à questão da tributação da matéria-prima e à comercialização do biodiesel. Mesmo conseguindo alcançar consenso em torno de vários pontos, Lobão resolveu encaminhar aos líderes e aos senadores o texto do relatório para que, a partir de sugestões, possa incorporar ao documen-



EMENDAS Lobão informa que enviou aos líderes texto do relatório para receber sugestões

to novas emendas de conteúdo. Pelo acordo, o programa de biodiesel deverá atender, nesse primeiro momento, à agricultura familiar nas regiões Norte e Nordeste. As matérias-primas representadas pela mamona e pela palma terão tributação zero. Em todo o país, a tributação sobre o biodiesel não ultrapassará, sob qualquer hipótese, a taxa que já recai sobre o diesel fóssil, hoje fixado em R\$ 218 por metro cúbico.

Além disso, os produtores de biodiesel terão moratória de seis meses para se adaptar às exigências técnicas e fiscais da Secretaria da Receita Federal, e a quebra mecânica de registros

que verificam a produção não mais impedirá a comercialização do óleo.

O líder do PDT, senador Osmar Dias (PR), pediu, em Plenário, que o governo não vete a emenda aceita pelo relator-revisor, permitindo a compensação de créditos acumulados pelas cooperativas em relação ao PIS/Pasep e à Cofins. Caso tal compromisso não seja assumido pelo Executivo, o senador disse que poderá orientar o seu partido a votar contra o PLV.

Fonte de energia

O líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), afirmou que o biodiesel colocará o Brasil na vanguarda da luta por novas fontes energéticas. Ele enfatizou que o petróleo praticamente inexistente na Europa e que nos Estados Unidos o estoque conhecido daria para atender, nos padrões atuais, o consumo de apenas seis anos.

Pelos cálculos do senador, a meta de se alcançar uma faixa de mercado para o biodiesel, da ordem de 2%, exigiria o esmagamento de 800 milhões de metros cúbicos de matéria-prima, volume que dificilmente seria atendido apenas pela agricultura familiar.

a estimativa tomasse por base o custo de registro de um CPF de R\$ 4,50 por pessoa.

Como resultado das providências adotadas pelo ministério, acrescentou a diretora, foram bloqueados e cancelados no ano passado 130 mil benefícios do Bolsa-Família, de um universo atendido de 6,5 milhões de famílias com renda *per capita* mensal inferior a meio salário mínimo. Em entrevista à imprensa, Lúcia Modesto resumiu as medidas informadas ao TCU, mostrando que o aperfeiçoamento cadastral avançou depois de janeiro deste ano, quando a base de dados passou a ser controlada diretamente pelo ministério. Os gestores responderão pelas atualizações cadastrais e o ministério supervisionará todo esse sistema, que deverá estar implantado até setembro de 2005, informou ela.



INVESTIGAÇÃO Suplicy avisa que vai examinar relatório do governo encaminhado ao TCU

quando foram unificados os quatro programas oficiais de transferência direta de renda (Bolsa-Escola, Bolsa-Alimentação, Cartão Alimentação e Auxílio Gás), o governo tem se empenhado em corrigir falhas e dar confiabilidade ao cadastro. Segundo a diretora do Cadastro Único, Lúcia Modesto, optou-se pela solução de custo mais baixo. O recadastramento nacional custaria aos cofres públicos pelo menos R\$ 180 milhões se

Suplicy quer analisar cadastro de programas

As medidas de aperfeiçoamento e combate a fraudes no Cadastro Único dos programas sociais do governo federal, comunicadas ontem ao Tribunal de Contas da União (TCU), deverão ser analisadas em Plenário pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Para tanto, ele informou que irá solicitar ao ministro Patrus Ananias, do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, o relatório encaminhado ao TCU pelo qual o ministério atesta que cumpriu 81% das recomendações feitas, no ano passado, por aquela corte e que não pode informar apenas um dos oito indicadores solicitados para avaliar o desempenho do Bolsa-Família.

Desde outubro de 2003,



DECISÕES Alvaro Dias preside reunião em que foram ouvidos suspeitos de assassinato de sindicalista e de grilagem de terras no estado do Pará

CPI da Terra quebra sigilos da UDR e Anca e de José Rainha

A CPI da Terra decidiu ontem quebrar os sigilos fiscal e bancário da União Democrática Ruralista (UDR) e da Associação Nacional de Cooperação Agrícola (Anca). José Rainha, um dos líderes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também teve seus sigilos fiscal, bancário e telefônico quebrados.

Foram ouvidos os depoimentos de José Décio Barroso Nunes, mais conhecido como Delsão, e Francisco Quincó. Delsão é o principal suspeito na morte do sindicalista José Dutra da Costa, o Dezinho,

ocorrido no Pará. Quincó é acusado de grilagem de terras no mesmo estado. Ambos negaram as acusações.

O requerimento de quebra dos sigilos da Anca foi apresentado pelo deputado federal Onyx Lorenzoni (PFL-RS), vice-presidente da CPI. Ele acusa a instituição de utilizar verbas públicas destinadas a assentamentos para financiar atividades do MST. Os senadores e deputados federais do PT que compõem a comissão tentaram obstruir a votação, mas isso não impediu que ela fosse realizada.



INFORMAÇÕES Plenário da comissão decide convocar ministros da Fazenda, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e do Meio Ambiente

Aprovadas audiências com três ministros de Estado

A Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (CRA) aprovou ontem requerimentos determinando a realização de audiências públicas com os ministros da Fazenda, Antonio Palocci; da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Roberto Rodrigues; e do Meio Ambiente, Marina Silva.

O ministro da Fazenda, Antonio Palocci, trará informações sobre destinação de recursos para investimento, financiamento e comercialização da safra agrícola de 2005, além de tratar do problema do endividamento do setor agrícola.

O ministro da Agricultura,

Roberto Rodrigues, deverá discutir com os senadores os problemas que vem enfrentando a indústria brasileira de vinhos.

Também foi aprovado requerimento da senadora Ana Júlia Carepa (PT-PA) para a realização – em conjunto com as comissões de Meio Ambiente e de Desenvolvimento Regional – de audiência com a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva. A ministra apresentará o Plano da Amazônia Sustentável. Ana Júlia destacou a importância de se fazer a reunião em conjunto, a fim de organizar melhor os trabalhos do Senado.

Medicamentos poderão ter incentivos

A concessão de incentivos fiscais para a produção de medicamentos e a redução da carga tributária que incide sobre os remédios estão entre os objetivos de projetos apresentados ontem pelo senador Papaléo Paes (PMDB-AP), depois de assumir a presidência da Subcomissão de Promoção e Defesa da Saúde. As propostas resultaram do trabalho realizado, durante o ano passado, pela Subcomissão Temporária da Saúde. Papaléo prometeu que a subcomissão trabalhará com afinco para exercer vigilância e propor medidas que possam melhorar a situação.

O primeiro projeto cria incentivos fiscais para a produção de fármacos, seus insumos e medicamentos. A renúncia fiscal se dará no Imposto de Importação, abrangendo equipamentos, fármacos e insumos importados, e no Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), quando se tratar de produtos nacionais.

O parlamentar argumenta que o Brasil, apesar de ser o décimo produtor mundial de medicamentos, tem uma indústria farmacêutica que utiliza, basicamente, insumos e princípios ativos importados.

O segundo projeto reduz a carga tributária sobre os medicamentos, hoje em torno de 27%. No âmbito federal, é o caso do Imposto de Importação e as contribuições para os programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/Pasep), e para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Na esfera estadual, a maior parcela diz respeito ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS).

Simon: papel do Exército não deve ser desvirtuado

■ Senador critica a criação da Brigada de Infantaria Leve, com 7 mil homens, equipados para garantir a ordem

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) criticou ontem a criação, pelo governo, da 11ª Brigada de Infantaria Leve, “para garantia da lei e da ordem”. Sediada em Campinas (SP), a brigada tem 13 unidades espalhadas pelo interior, e as tropas estão sendo treinadas para proteger a população.

Segundo o senador, são 7 mil homens equipados com cassetetes elétricos, bombas de gás, *spray* de pimenta, balas de borracha e cães, além de blindados. Entre seus objetivos estariam entrar em favelas onde o narcotráfico atua, conter rebeliões, desocupar terras e coibir manifestações populares ou distúrbios civis. A brigada já teria, inclusive, atuado no Pará, depois do assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang.

Simon afirmou, no entan-



PREOCUPAÇÃO Simon reconhece os problemas, mas acha que usar as Forças Armadas seria um risco

to, que alguns juristas, como Dalmo de Abreu Dalari e Fábio Konder Comparato, estariam extremamente preocupados com a iniciativa do governo. Para eles, o ato de intervir nas relações sociais pode se transformar num “desvirtuamento da Constituição”. As ditas emergências poderiam não ser bem justificadas, já que, de acordo com a Constituição, o Exército só pode ser usado internamente em casos de absoluta emergência, explicou o senador.

Simon avalia que o uso interno das Forças Armadas só se justifica quando houver uma

exaustão das tentativas feitas pelas forças policiais.

– O que assusta é saber que existe uma força de 7 mil homens com a determinação de intervir em qualquer lugar do Brasil. É preciso lembrar que os militares estiveram no poder por mais de 20 anos, exatamente para garantir a lei e a ordem. Em nome da lei e da ordem, houve mortes e violência. Não se pode permitir a volta de 64 – argumentou Simon.

Risco

O senador reconheceu que a falta de segurança é “quase insuportável”. Mesmo assim, disse considerar um risco partir para a generalização.

– Confio no presidente Lula e sei que ele só usaria a brigada em casos de extrema urgência, mas a lei é genérica, permanente, para ficar. É o caso de se perguntar: que tipos de conflitos sociais? Será que é conflito social uma greve de trabalhadores? – questionou.

Pedro Simon sugeriu que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania ouça o ministro da Defesa, José Alencar, sobre o assunto.

Tuma quer nova prerrogativa para policiais militares

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) propôs ontem que a atividade policial, como reivindicam os policiais militares, seja considerada atividade de Estado. Para isso, ele sugere a aprovação de emenda à PEC Paralela (227/04), que já concedeu essa prerrogativa aos delegados de polícia, advogados e agentes fiscais tributários dos estados e do Distrito Federal, conforme texto aprovado pela Câmara dos Deputados.

O senador protestou contra a forma como o tema vem sendo

discutido pela imprensa e pelos governadores, que têm se posicionado contrários a que o teto dessas categorias seja equiparado ao dos desembargadores. Ele negou que a equiparação do teto dos delegados ao dos desembargadores represente aumento de salário e explicou que teto não é piso.

– Não se trata disso, mas apenas de rever uma injustiça em relação aos delegados, uma vez que eles deveriam estar enquadrados nas carreiras jurídicas – afirmou. Tuma



REVISÃO Tuma sugere aprovação de emenda à PEC Paralela, que já concedeu o benefício aos delegados

lembrou que hoje a carreira de delegado exige concurso público e formação em Direito. Por essa razão, os delegados lutam para que a categoria seja incorporada às carreiras jurídicas do Estado.

Senadores do RS defendem rizicultores

Os senadores Paulo Paim (PT), Pedro Simon (PMDB) e Sérgio Zambiasi (PTB), todos do Rio Grande do Sul, agendaram reunião ontem com os ministros Luiz Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, e Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, para discutir a situação dos rizicultores gaúchos. Segundo Paim, os produtores de arroz do estado vêm enfrentando sérias dificuldades financeiras, sobretudo em virtude da concorrência desigual com produtores uruguaios e argentinos.

Ao tratar do assunto, Paim fez uma denúncia: as cargas de arroz importado daqueles países, pelo menos nas regiões de fronteira, seriam maiores que as quantificadas em notas fiscais. Na avaliação do senador, esse fato ajuda a derrubar o preço da saca de arroz, que não estaria cobrindo os custos de produção.

Entre as propostas para resolver o problema, a serem submetidas ao governo, estão o fim das vantagens tributárias para o arroz importado nas áreas de fronteira, a criação de salvaguardas para o grão nacional e a adoção, no processo de comercialização, de contratos de opção, permitindo aos produtores a obtenção de preços maiores para suas safras.

Paim ressaltou também a importância da aprovação, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, do projeto de sua autoria que institui o Diploma Lanceiro Negro, a ser concedido pelo Senado a cidadãos que se destacarem, anualmente, na luta a favor da liberdade e contra preconceitos.

Pavan critica Lula por cortes em programas de segurança

O senador Leonel Pavan (PSDB-SC) criticou ontem o governo por efetuar cortes de verbas na área de segurança pública. O cancelamento ou redução parcial de projetos prejudicará, segundo ele, o combate à criminalidade.

O parlamentar relatou ter recebido diversas mensagens de conterrâneos preocupados

com as conseqüências desses cortes. Na região do vale do Itajaí, por exemplo, é grande a expectativa em torno da construção de um presídio e do reaparelhamento da polícia.

O senador defendeu ainda o governo Fernando Henrique Cardoso da acusação de que tenha errado ao privatizar empresas como a Companhia Vale

do Rio Doce. Segundo Pavan, tais ataques não podem ser levados a sério, porque partem de parlamentares que, no passado, apoiaram o programa de desestatização.

Papa

Leonel Pavan também comentou as declarações do cardeal-arcebispo do Rio de Janeiro, dom Eusébio Oscar

Scheid, que afirmou ser Lula “um caótico e não um católico”, por não seguir certos preceitos do catolicismo. Para o parlamentar catarinense, ao se declarar favorável à eleição do cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Cláudio Hummes, para suceder a João Paulo II, Lula interferiu indevidamente em assuntos da Igreja Católica.



PREJUIZOS Pavan diz que cortes em projetos afetarão o combate à criminalidade no país

Mesquita Júnior volta a contestar nepotismo

■ O senador admite emprego de apenas um sobrinho e isenta Antonio Carlos em relação ao caso

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PSOL-AC) voltou a comentar a denúncia, veiculada pelo *Jornal do Brasil* no domingo, de prática de nepotismo em seu gabinete. Além de contestar a acusação de ter empregado nove parentes, o parlamentar isentou o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) de ser a fonte da notícia.

Mesquita Júnior só reconhece ter empregado um parente, um sobrinho chamado Cláudio, que trabalhava como revisor de textos em São Paulo e teria vindo para o Senado por insistência sua. Quanto a outros funcionários supostamente nessa condição, ele esclareceu que apenas fazem parte do seu círculo de amizades e de



ATITUDE Mesquita Júnior quer dar o fato como encerrado e diz que se manterá atuante no debate político

conhecimento. Um exemplo seria o filho do ex-marido de sua esposa, contratado para montar e gerir sua página na Internet.

O parlamentar disse não acreditar que Antonio Carlos tenha sido o responsável pela denúncia. Segundo informou, o envolvimento do nome do senador baiano foi feito por um jornal do Acre, que vinculou a presumida iniciativa de An-

tonio Carlos a uma retaliação contra seu parecer no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, em 2003, em que recomendava a abertura de processo de cassação do pefelista, por suposta participação em escuta telefônica ilegal na Bahia.

– As pessoas que forneceram esses dados tinham o intuito de causar embaraço a mim e de envolver um parlamentar que nada tem a ver com a história.

Com o pronunciamento de ontem, Mesquita Júnior anunciou que encerrava o assunto e que ninguém irá afastá-lo do debate político. Ele agradeceu o apoio da senadora Heloísa Helena (PSOL-AL) e os apertes favoráveis de Flávio Arns (PT-PR) e Eduardo Suplicy (PT-SP), que disse tê-lo como referência na defesa da seriedade no trato da coisa pública.

Mesquita Júnior voltou a afirmar que a denúncia foi motivada por críticas que vem fazendo aos governos federal e do Acre.

Heloísa Helena apóia companheiro de partido

A decisão, anunciada pelo senador Mesquita Júnior, de não mais empregar em seu gabinete funcionários com que tenha laços de parentesco foi saudada ontem pela senadora Heloísa Helena (PSOL-AL).

A senadora alagoana afirmou ser difícil para qualquer parlamentar não levar para a assessoria direta um parente, quando este possui comprovada competência, caso daquele contratado por Mesquita. No entanto, como observou, alguns políticos estão explorando o caso, tentando sujar a reputação de seu colega de partido.

– Saúdo a generosidade do senador Geraldo Mesquita, que resolveu o problema em seu gabinete para evitar que os maus políticos queiram respingar



OBJETIVO Segundo Heloísa Helena, estão tentando atacar a reputação de Mesquita e também atingir o PSOL

no PSOL a lama em que eles mesmos chafurdam.

Enquadrar nepotismo

Heloísa Helena acrescentou que está começando a coletar assinaturas para a apresentação de proposta de emenda constitucional (PEC) destinada a ampliar a proibição da candi-

datura de parentes de políticos, em processos eleitorais para cargos públicos. Hoje, a Constituição proíbe o registro de candidatura de cônjuge e parentes até segundo grau, mas apenas de prefeitos, governadores e presidente da República, em disputa para o mesmo cargo.

A senadora pretende estender o impedimento a outros graus de parentesco e ampliar a vedação às eleições para o Legislativo. O objetivo, segundo ela, é impedir, por exemplo, que sobrinhos de prefeitos candidatem-se à sucessão, ou suplentes de senadores sejam parentes dos mesmos. “Não podemos permitir que a administração pública se torne um negócio da família”, enfatizou a parlamentar.

ACM nega responsabilidade por denúncia

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) negou ontem ter sido o responsável pela denúncia, à imprensa, de que Geraldo Mesquita Júnior estaria empregando parente em seu gabinete.

O parlamentar baiano explicou que resolveu fazer o esclarecimento, apesar de o senador acreano ter declarado,

em pronunciamento anterior, sua descrença no boato.

– Embora ele tenha sido injusto comigo ao relatar matéria a meu respeito no Conselho de Ética, eu não poderia ser injusto com ele – afirmou Antonio Carlos.

O senador do PFL disse que há no Senado outros parlamentares que também foram in-

justos com ele e que acabaram sofrendo injustiças, mesmo sem a sua interferência.

Depois da fala de Antonio Carlos, Mesquita Júnior reafirmou que não acreditava no teor da nota publicada em jornal do Acre, dando conta de que o senador baiano seria o autor do vazamento sobre o emprego de parentes no seu gabinete.



POTENCIAL Para Ideli, a empresa tinha valor incalculável e deveria continuar sob controle estatal

Privatização da Vale do Rio Doce ganha crítica de Ideli

A pedido da senadora Ideli Salvatti (PT-SC), a Mesa diretora do Senado vai encaminhar para registro nos Anais da Casa o artigo “Que vivam bastante”, do jornalista Mauro Santayana, publicado no jornal *Correio Braziliense* em 31 de março.

No artigo, o jornalista expressa seu desejo de que o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, seus ministros e conselheiros “tenham vida longa”, para que possam prestar contas sobre o prejuízo que causaram ao patrimônio nacional com a privatização da Companhia

Vale do Rio Doce, em 1997.

Segundo o articulista, a venda representou um ato de submissão aos interesses estrangeiros. Ele diz que a companhia obteve de lucro, no ano passado, R\$ 6,46 bilhões, duas vezes o valor que o Tesouro recebeu por sua privatização. Santayana lembra que se usou a dívida externa como justificativa para as privatizações, mas assim mesmo o seu montante decuplicou durante os oito anos do governo Fernando Henrique.

Ao ler o artigo, Ideli observou que, na época, o preço da empresa foi estimado em R\$ 10 bilhões pelos avaliadores – segundo ela, uma importância ínfima se comparada ao valor das jazidas.

– Essa empresa era nossa, era nosso patrimônio. Nós nem temos a medida exata de todo seu potencial econômico, de tudo o que ela poderia gerar de benefícios para o povo brasileiro.

Em aparte, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) rebateu os comentários referentes à gestão FHC e repreendeu Ideli por suas críticas constantes. Ele disse que a oposição tem sido até “compreensiva” com o atual governo.

– O PSDB não fará oposição como o PT fazia no passado – garantiu.

Motta reclama de descaso do governo com Espírito Santo

O senador João Batista Motta (PMDB-ES) denunciou, ontem, o que considera ser um descaso do governo federal com seu estado. Segundo Motta, apesar de o próprio presidente Luiz Inácio Lula da Silva, em visita ao Espírito Santo, ter garantido que as obras do aeroporto de Vitória seriam concluídas em dois anos, o ministro da Fazenda, Antonio Palocci, retirou os recursos destinados ao projeto.

– Aqueles que estão lado a lado, lutando para que o país cresça, são menosprezados e abandonados. Nem a palavra do presidente, empenhada em praça pública, vale nesse governo. Duvido que Lula tenha conhecimento disso. Espero que ele faça valer o seu poder, para não ser desmoralizado.

Oposição provoca

Em aparte, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) questionou as razões pelas



PROTESTO Lula prometeu recursos para aeroporto de Vitória, segundo Motta, mas Palocci não libera

quais, diante das circunstâncias, o senador Motta continuava votando com o governo.

Eduardo Azeredo (PSDB-MG) disse que Motta não deveria se surpreender.

– Não é a primeira vez que o governo diz uma coisa e faz outra – criticou.

Leonel Pavan (PSDB-SC) quis saber se Motta acredita que o presidente Lula não manda no país.

Gerson Camata (PMDB-ES), por sua vez, pediu ao colega de legenda que aguardasse, com confiança.

– As obras serão reiniciadas, porque o presidente Lula prometeu isso ao povo do Espírito Santo – garantiu Camata.

Informações sobre envio de recursos

Requerimento de iniciativa do senador Romeu Tuma (PFL-SP) solicitando informações ao ministro da Fazenda, Antonio Palloci, sobre operações de transferência para o exterior, envolvendo o total de R\$ 527,6 milhões, realizadas pela Parmalat por intermédio do Banco Santander, foi acolhido ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Tuma deseja saber, por meio do requerimento a ser enviado ao ministro, qual a finalidade das operações realizadas sob a rubrica CBCP (Disponibilidades no Exterior) e qual o dispositivo legal que as regulamenta; para qual instituição financeira foram remetidos os recursos da operação e em que país está localizada; e se os recursos foram transferidos em reais ou convertidos em outra moeda.

Intervenção no setor saúde do Rio

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) deverá realizar audiências públicas para instruir o exame do projeto (PDS 139/05) do senador Marco Maciel (PFL-PE) que susta dispositivos do Decreto 5.392, de 10 de março de 2005, que declara estado de calamidade pública no setor hospitalar do Sistema Único de Saúde do município do Rio de Janeiro.

O requerimento foi apresentado pelo relator da matéria, Demostenes Torres (PFL-GO). Ele pede duas audiências, nos dias 13 e 20 deste mês, para ouvir o procurador-geral do município do Rio de Janeiro, Júlio Rebello Horta; o ex-ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Paulo Brossard; o procurador-geral da República, Cláudio Fonteles; e o jurista Ives Gandra Martins.

Correção em artigos do CPP

Projeto de autoria do senador Marcelo Crivella (PL-RJ) que substitui por "arresto" o termo "seqüestro", contido em vários dispositivos do Código de Processo Penal (CPP) foi aprovado ontem, em votação terminativa, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

Arresto significa a apreensão judicial de bens não litigiosos do suposto devedor, para garantia de eventual execução que contra ele se venha a promover.

Mas, segundo explica o relator, senador Pedro Simon (PMDB-RS), o código processual denomina seqüestro tanto a apreensão dos bens que o acusado adquiriu com o produto do seu crime quanto o que nos dicionários e em leis se define como arresto. Por isso, a necessidade da alteração.



DISCUSSÃO Presidida por Antonio Carlos Magalhães, CCJ aprova realização de audiência pública sobre a proposta

Mudança na aposentadoria compulsória terá audiência

Ministros debaterão PEC que eleva para 75 anos idade máxima de permanência no serviço público

A proposta de emenda constitucional (PEC) que eleva de 70 para 75 anos a idade para aposentadoria compulsória do servidor público será debatida em audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na próxima quarta-feira, com os ministros da Defesa, José Alencar; das Relações Exteriores, Celso Amorim; do Planejamento, Paulo Bernardo; e com o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim.

A audiência sobre a proposta

(PEC 42/03) de Pedro Simon (PMDB-RS), que deveria ter sido votada ontem, foi sugerida pelo líder do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP), e pela senadora Ideli Salvatti (PT-SC).

Mercadante argumentou que a PEC requer aprofundamento da discussão. "Trata-se de matéria controversa. Há estudos relatando que o impacto seria pequeno na evolução da carreira da magistratura, mas traria repercussão diversa para as Forças Armadas e a diplomacia, onde, se for postergado por cinco anos o limite para a aposentadoria compulsória, as promoções serão engessadas", observou ele.

O presidente da comissão, senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), informou que a audiência será item prioritário

da pauta da próxima reunião.

Pedro Simon lembrou ter apresentado a proposta motivado por dois casos de aposentadoria compulsória, aos 70 anos, como determina a Constituição, de profissionais no auge da sua carreira – a do então ministro do STF Paulo Brossard e a do ex-ministro da Saúde Adib Jatene, do Instituto do Coração (Incor).

– Como a expectativa de vida do cidadão está aumentando, vamos ter que realizar uma análise sobre como tratar essas pessoas. Mas a proposta aqui é singela. Visa dar oportunidade ao cidadão que quiser permanecer no cargo até os 75 anos. É questão absolutamente racional. Não estamos obrigando ninguém a ficar na atividade – explicou Simon.

Maior rapidez na execução de sentença

Governo e oposição decidiram ontem realizar audiência na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) com o objetivo de aprofundar os debates em torno do projeto do Executivo que altera o Código de Processo Civil (CPC), visando dar maior celeridade ao cumprimento do procedimento de execução de sentença. O requerimento é do líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM).

Deverão comparecer à audiência, entre outros convidados, o ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio Melo; a ministra do Superior Tribunal de Justiça (STJ) Fátima Nancy Andrighi; e o presidente da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), Roberto Busato.

Diploma Lanceiro Negro para o combate à discriminação

Projeto de resolução do senador Paulo Paim (PT-RS) que institui o Diploma Lanceiro Negro, a ser conferido anualmente a dez cidadãos que ofereçam contribuição relevante ao combate a todo tipo de preconceito ou discriminação, seja de raça, cor, idade, sexo, etnia, religião ou deficiência, recebeu ontem parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O título será entregue em sessão especial do Senado, a realizar-se em 14 de novembro.

A denominação do diploma, como explica o parlamentar, é uma homenagem aos soldados que perderam a vida na Batalha de Porongos, ocorrida em 14 de novembro de 1844 por ocasião da Revolução Farroupilha, no Rio Grande do Sul.



RECONHECIMENTO Paim homenageia soldados negros que perderam a vida em 1844, na Revolução Farroupilha

Durante a discussão da proposta (PRS 21/04), Paulo Paim destacou homenagem do Exército aos Lanceiros Negros, lembrando o respeito que a corporação tem por aqueles soldados. Os senadores Marcelo Crivella (PL-RJ) e Rodolpho Tourinho (PFL-BA) também enaltecem a iniciativa.

Indicação para Conselho de Justiça

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), vai encaminhar aos líderes partidários e ao presidente do Senado, Renan Calheiros, decisão do colegiado sobre o processo de escolha dos dois nomes a serem indicados pela Casa para integrar o Conselho Nacional de Justiça e o Conselho Nacional do Ministério Público.

A idéia de Antonio Carlos é que seja colocada uma urna no Plenário para que os senadores votem nos indicados, em dia a ser definido, vencendo os que receberem maior votação. Para o presidente da CCJ, essa será a forma mais democrática para a escolha. A proposta teve acolhida dos líderes do PMDB, senador Ney Suassuna (PB), e do governo, Aloizio Mercadante (PT-SP).

Brasileiro nascido no exterior

Na reunião de ontem, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) marcou para a próxima quarta-feira a votação da proposta de emenda à Constituição de autoria do senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) que considera brasileiros natos os nascidos no exterior, desde que sejam filhos de brasileiro.

A estimativa é que, atualmente, existem mais de 100 mil brasileiros apátridas residindo no exterior, nascidos depois de 1994.

Cinco projetos de resolução suspendendo a execução, parcial ou total, de leis declaradas inconstitucionais por decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal (STF) foram aprovados ontem pela Comissão de Justiça. As matérias seguem agora à promulgação pelo presidente do Senado.

Aprovado nome para o STM

Por unanimidade, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem a indicação do general-de-exército Sérgio Ernesto Alves Conforto para exercer o cargo de ministro do Superior Tribunal Militar (STM), em virtude da aposentadoria do também general-de-exército Expedito Hermes Rego Miranda. A mensagem presidencial depende ainda de exame do Plenário do Senado.

Durante a sabatina, o general Sérgio disse ser um privilégio continuar servindo ao país, "desta vez na mais alta corte de Justiça Militar". Quanto a uma possível participação do Exército no combate à criminalidade, ele declarou que a força estará pronta para reprimir diretamente os criminosos, desde que haja legislação nesse sentido.



A influência do Papa em questões políticas internacionais, como no processo que levou ao fim do comunismo, foi analisada pelos parlamentares, que também destacaram posições em assuntos doutrinários e sociais

Senadores lembram atuação de João Paulo II

As muitas qualidades do papa João Paulo II foram destacadas pelos senadores, ontem, em Plenário. Os parlamentares, que se associaram às homenagens ao Pontífice, lembraram sua determinação e suas posições, às vezes polêmicas, sobre temas doutrinários e em questões sociais.

Para a senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO), ele não foi exemplo somente para os seguidores da religião católica, mas para toda a Humanidade, e ficará registrado na história tanto por suas posições políticas quanto por sua bondade.

A parlamentar considerou o Papa um líder

controverso em relação a temas da vida moderna. “Ele condenou o aborto, combateu os métodos anticoncepcionais, a fertilização *in vitro* e o casamento entre homossexuais”, lembrou.

Por outro lado, observou Lúcia Vânia, João Paulo II combateu o tráfico de drogas, a lavagem de lucros ilícitos, a corrupção, a violência, a corrida armamentista, a discriminação racial e a destruição da natureza.

A senadora também recordou que o Papa “pediu perdão pelos erros cometidos pela Igreja Católica, como a perseguição ao povo judeu, e teve papel marcante no desmantela-

mento do comunismo”.

Papel histórico

Ao ler a nota oficial do PSDB em homenagem ao papa João Paulo II, o senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) ressaltou a influência do Pontífice nos acontecimentos históricos.

O parlamentar lembrou que, mesmo antes de sagrar-se papa, o sacerdote aprendeu com o sofrimento da Segunda Guerra Mundial e com o sistema totalitarista de sua pátria, a Polônia. Para Azeredo, o Papa nunca temeu a perseguição e o poder usados para oprimir os povos, sobretudo os humildes.

– Ele fez da fé em Deus e

na Igreja a sua única arma, para defender os primados da paz, da liberdade e do direito – observou Eduardo Azeredo.

O senador mineiro lembrou a fortaleza espiritual e pessoal de João Paulo II, que transpareceu até nos últimos dias.

– Foi tal força que tornou possível uma das mais portentosas transformações pacíficas da sociedade atual, que tiveram seu ápice simbólico na queda do Muro de Berlim – salientou.

No entendimento de Azeredo, João Paulo II abriu o Vaticano ao mundo, levando a Igreja nas visitas que realizou, durante os 26 anos de seu

papado, a diversos países. “Com o Brasil, sempre manifestou um carinho especial e aqui esteve três vezes, visitando todas as regiões do país”, lembrou. Para o parlamentar, essas viagens tinham sentido ecumênico e não se limitavam a nações, ideologias ou convicções.

– João Paulo II cumpriu sua grande missão: aproximar a Igreja e a fé dos que mais necessitam, os pobres e desamparados. – afirmou.

Recordes

O senador Teotonio Vilela Filho (PSDB-AL) registrou que o Papa foi recordista em quase tudo e o próprio sepultamento do religioso é marcado

por recordes, como o da previsão da participação de 200 chefes de Estado e de governo e a visitação do seu corpo por cerca de 4 milhões de peregrinos.

Para Teotonio, será difícil suceder a um papa que foi o primeiro a entrar em uma sinagoga, a ir a uma mesquita e a pedir perdão pelos erros da Igreja.

Apesar de a Igreja Católica ter se tornado universal no pontificado de João Paulo II, observou Teotonio, ao mesmo tempo ficou mais entrincheirada em seu confronto com a ciência. Ele registrou que nada foi acrescido ao debate científico sobre onde começa e termina a vida ou sobre a bioética.



Lúcia Vânia

Flávio Arns

Azeredo

Teotonio

Crivella

Lobão

Conservador na doutrina e liberal na ação apostólica

Ao analisar a comoção que a morte do papa João Paulo II vem provocando em todo o mundo, nas mais diversas camadas sociais, o senador Flávio Arns (PT-PR) disse acreditar que a morte do Pontífice está oferecendo à Humanidade uma oportunidade de reflexão, principalmente em uma época em que há falência dos valores humanos.

Em pronunciamento feito ontem em Plenário, o senador ressaltou ainda que o caráter do Papa foi forjado nas perdas, no sofrimento e nas lutas. Ele lembrou que João Paulo II apresentou a paz como o grande bem do

Estado, das pessoas e das nações e mostrou que ela só pode ser conquistada com desenvolvimento solidário e com a prática da justiça.

– João Paulo II chamou a atenção para o sentido e o valor do trabalho humano e a sua prevalência sobre o capital, e afirmou que sobre toda propriedade pesa uma hipoteca social. Ele condenou a guerra como negação de tudo isso e a qualificou de crime contra a Humanidade – assinalou Flávio Arns.

Como fez questão de ressaltar o senador pelo Paraná, o Papa tinha a autoridade de quem, na

vida, viveu e sentiu como a desumanização traz sofrimentos e dor.

O senador Marcelo Crivella (PL-RJ), que é bispo da Igreja Universal do Reino de Deus, manifestou votos de pesar pelo falecimento de João Paulo II. O parlamentar também afirmou ter “grande amor pelos católicos”.

Tradicional e moderno

Numa análise do papel desempenhado pelo Papa, o senador Edison Lobão (PFL-MA) afirmou que o Pontífice foi um conservador nos assuntos de doutrina, “mas amplamente liberal, progressista e moderno na sua ação apostólica, sem

ferir a tradição milenar dos ritos e dos arraigados conceitos da Igreja Católica”.

De acordo com o senador, a Igreja deve ser conservadora, e nisso está sua força milenar. Ele observou, no entanto, que no pontificado de João Paulo II, sem ferir dogmas, a Igreja avançou ao promover a aproximação das religiões e pedir perdão àqueles que, no passado, foram vítimas de crueldades praticadas em nome de Deus.

Lobão reconheceu que o Papa não introduziu mudanças essenciais na vida da Igreja Católica, mas sustentou que ele

soubesse administrá-la num estilo moderno. Em sua opinião, João Paulo II orientou a Igreja a melhor se comunicar, quando pregou que “os novos tempos exigem que a mensagem cristã chegue ao homem de hoje mediante novos métodos de apostolado”.

Na opinião do senador pelo Maranhão, o Papa harmonizou sua ação pastoral com a dinâmica da globalização que aproxima as civilizações. No seu entender, raros homens alcançaram o carisma de João Paulo II, oriundo de sua coragem e devotamento às causas nobres.

– Ele teve uma visão universal da sua missão evangélica, percorrendo, como nenhum outro, todos os rincões do mundo. Levou ânimo, mesmo enfrentando os maiores sacrifícios e a enfermidade, às comunidades cristãs, nos mais longínquos lugares.

Para Lobão, o Pontífice guiou a Igreja com acentuada determinação para o novo milênio. João Paulo II, observou, contribuiu de maneira relevante para a queda do comunismo, exatamente ele que “sentira em si próprio os atentados contra a liberdade e os direitos humanos”.